

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Quinta Câmara
Cível Processo: APELAÇÃO CÍVEL n. 0400501-17.2013.8.05.0001 Órgão
Julgador: Quinta Câmara Cível APELANTE: ESTADO DA BAHIA Advogado (s):
APELADO: ELIZANGELA DA CONCEICAO ALVES BISPO Advogado (s): DEUSDEDITE GOMES
ARAUJO, RAFAEL LINO DE SOUSA, CIRO SILVA DE SOUSA APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO
ORIGINÁRIA. GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE POLICIAL MILITAR – GAPM. PEDIDO DE
EXTENSÃO AOS PROVENTOS DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS. PRELIMINAR
DE PRESCRIÇÃO DE FUNDO DE DIREITO. TRATO SUCESSIVO. SÚMULA 85 DO STJ.
REJEITADA. NATUREZA DE BENEFÍCIO GENÉRICO. EQUIPARAÇÃO AOS MILICIANOS DA
ATIVA. VIABILIDADE. PARIDADE DE VENCIMENTOS E PROVENTOS. PREVISÃO NA LEI
ESTADUAL 7.145/1997 E 7.990/2001. INCIDÊNCIA DO ART. 40, § 8º, DA CARTA
MAGNA, E ART. 42, § 2º, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. SENTENÇA MANTIDA.
APELAÇÃO CONHECIDA. NEGADO PROVIMENTO. A C Ó R D ã O Vistos, relatados e
discutidos estes autos, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Turma
Julgadora da Quinta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado da
Bahia, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO interposto
pelo Estado da Bahia, e o fazem pelas razões constantes do Voto de seu
Exmo. Desembargador Relator. PRESIDENTE DES. RAIMUNDO SÉRGIO SALES
CAFEZEIRO RELATOR PROCURADOR (A) DE JUSTIÇA PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE
JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA QUINTA CÂMARA CÍVEL DECISÃO PROCLAMADA
Conhecido e não provido Por Unanimidade Salvador, 3 de Abril de 2023.
PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Quinta Câmara
Cível Processo: APELAÇÃO CÍVEL n. 0400501-17.2013.8.05.0001 Órgão
Julgador: Quinta Câmara Cível APELANTE: ESTADO DA BAHIA Advogado (s):
APELADO: ELIZANGELA DA CONCEICAO ALVES BISPO Advogado (s): DEUSDEDITE
GOMES ARAUJO, RAFAEL LINO DE SOUSA, CIRO SILVA DE SOUSA RELATÓRIO Tratam
os autos de recurso de apelação interposto pelo Estado da Bahia em face da
sentença proferida pelo MM Juízo da 7ª Vara da Fazenda Pública da Comarca
de Salvador, que nos Autos da Ação Ordinária tombada sob nº
0400501-17.2013.8.05.0001, julgou procedentes os pedidos autorais, nos
seguintes termos: Por todo o exposto é que julgo procedentes os pedidos
para condenar o réu a fazer incorporar a GAP III, IV e V ao soldo da parte
demandante, na forma da LE 12.566/2012, devendo esses valores serem
compensadas com o valor já pago à título de GAP. Respeitada a prescrição
quinquenal. Nestas condições, deve ser aplicado juros moratórios de 0,5%
ao mês. A incidência dos juros se dá a partir da data que deveria ter sido
paga a parcela e a correção monetária incide mês a mês, pelo IPCA-E, tudo
em conformidade com a decisão do Recurso Extraordinário (RE) 870947 com
repercussão geral. Deixo de condenar o Estado ao pagamento de despesas
processuais em razão da isenção legal. Condenando-o ao pagamento de
honorários de sucumbência no mínimo legal. Em suas razões recursais (Id.
41205023) o Apelante afirma ser impossível a revisão de proventos e
benefícios para contemplar a GAP em referências jamais percebidas em
atividade, sob o argumento de que a Lei Estadual 12.566/12 não estava em
vigor à época da concessão de pensão à Impetrante. Defende a
constitucionalidade da Lei Estadual 12.566/12 e afirma que a Gratificação
de Atividade Policial não se confunde com gratificação genérica. No mais,
sustenta que a pretensão objeto da lide ofende o princípio da separação de
poderes e invoca impeditivo de ordem orçamentária para desconstituir o
direito alegado. Prequestionou as matérias. E ao final, pugnou pelo
provimento do recurso, a fim de que os pedidos autorais sejam julgados
totalmente improcedentes. O Apelado apresentou contrarrazões (Id.
41205025) refutando as razões recursais e pugnando pelo improvimento do
recurso. O recurso é tempestivo e independe de preparo. É o relatório que

ora submeto aos demais integrantes da Quinta Câmara Cível. Peço a inclusão do feito em pauta de julgamento. Des. RAIMUNDO SÉRGIO SALES CAFEZEIRO Relator SC09 PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Quinta Câmara Cível Processo: APELAÇÃO CÍVEL n. 0400501-17.2013.8.05.0001 Órgão Julgador: Quinta Câmara Cível APELANTE: ESTADO DA BAHIA Advogado (s): APELADO: ELIZANGELA DA CONCEICAO ALVES BISPO Advogado (s): DEUSDEDITE GOMES ARAUJO, RAFAEL LINO DE SOUSA, CIRO SILVA DE SOUSA VOTO Cumpridos os requisitos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade, conheço do Recurso e passo à análise de suas razões. Na origem, pleiteou a Autora, ora Recorrida, a implementação da Gratificação de Atividade Policial Militar (GAPM), em seus proventos de inatividade. Julgando o feito, o Juízo a quo condenou o Estado da Bahia a incorporar a GAP III, IV e V ao soldo da parte demandante, na forma da forma da LE 12.566/2012, respeitado a prescrição quinquenal. Inconformado, o Estado da Bahia interpôs o presente Apelo, requerendo a reforma da sentença, para que sejam os pedidos julgados improcedentes. Da prejudicial de prescrição A prejudicial em exame não merece guarida por este Juízo, tendo em vista que a Fazenda Pública sustentou em sua defesa a prescrição do fundo do direito. Para a solução da controvérsia estabelecida, necessário diferenciar a prescrição do fundo do direito da prescrição progressiva, ou também denominada de trato sucessivo. A prescrição do fundo do direito ocorre quando o direito subjetivo é violado por um ato único, começando aí a correr o prazo prescricional para exigir do devedor a prestação, ou seja, é aquela que atinge a exigibilidade do direito como um todo. Desta forma, esgotado esse prazo, extingue-se a pretensão e o credor não mais poderá exigir nada do devedor. Já a prescrição progressiva é aquela que ocorre quando a obrigação do devedor é de trato sucessivo, ou seja, contínua, na qual o devedor, periodicamente, deve fornecer aquela prestação ao credor. Toda vez que o devedor assim não faz, ele viola o direito do credor e este tem a pretensão de exigir o cumprimento. Assim, esta prescrição é aquela que atinge as parcelas, e não o direito como um todo. Na hipótese vertente, a não concessão da GAP no nível correto constitui ato omissivo que se renova mês a mês. Desta forma, a obrigação controvertida é de trato sucessivo, pelo que a prescrição é operada sobre cada parcela vencida. Nesta linha de inteligência, inaplicável o art. 1º do Decreto 20.910/32, que dispõe ser de 5 (cinco) anos a prescrição, contados da data do ato ou fato do qual se originarem. Aplica-se ao caso a prescrição progressiva, prevista no art. 3º da mesma norma, consoante se vê do dispositivo abaixo: Art. 3º – Quando o pagamento se dividir por dias, meses ou anos, a prescrição atingirá progressivamente as prestações à medida que completarem os prazos estabelecidos pelo presente decreto. Coadunando com este entendimento, o STJ proferiu a Súmula 85, conforme se vê da ementa abaixo: Súmula 85. Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação. Assim, não ocorreu a prescrição do fundo do direito (fundada em ato único – negação/supressão de verba). O Tribunal de Justiça da Bahia já se manifestou acerca do assunto, em recentes julgados: MANDADO DE SEGURANÇA. POLICIAL MILITAR INATIVO. PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO – REJEITADA. MÉRITO. EXTENSÃO DA GAP NAS REFERÊNCIAS IV E V. GRATIFICAÇÃO DE CARÁTER GENÉRICO. DIREITO À PARIDADE. DESNECESSIDADE DE SUBMISSÃO ÀS REGRAS ESTABELECIDAS PELAS EMENDAS CONSTITUCIONAIS N. 41/2003 E 47/2005. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 121 DA LEI 7.990/2001. EXTENSÃO DEVIDA. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS. SEGURANÇA

CONCEDIDA. Mérito. Tratando-se a GAP de vantagem de caráter geral, concedida de forma genérica e abstrata a todos servidores da ativa, sem qualquer distinção da função exercida ou do local de trabalho, cumpre prestigiar o entendimento das Cortes Superiores que estende as gratificações desta natureza aos inativos, em estrita obediência ao artigo 40, § 8º, da Constituição Federal. O entendimento majoritário desta Seção Cível de Direito Público, ao qual me filio, é no sentido de que torna-se despicienda a apresentação, pelo impetrante, do rol de documentos com base nos quais se possa aferir o preenchimento dos requisitos estabelecidos no art. 40 e parágrafos, da Constituição Federal, porquanto devem, ao revés, serem analisadas as condições relativas à transferência dos militares para a inatividade, à luz da lei específica a reger a categoria sob tal prisma, in casu, o Estatuto dos Policiais Militares do Estado da Bahia (Lei Estadual nº 7.990 de 27 de dezembro de 2001). Com efeito, a própria Lei 7990/2001, em seu artigo 121 assegura a paridade entre os militares da ativa e inativa. (Classe: Mandado de Segurança, Número do Processo: 0021159-91.2017.8.05.0000, Relator (a): Marcia Borges Faria, Seção Cível de Direito Público, Publicado em: 13/03/2018) Grifei APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA AJUIZADA CONTRA O ESTADO DA BAHIA. POLICIAL MILITAR. GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE POLICIAL. PRETENSÃO AO RECEBIMENTO DE DIFERENÇAS RETROATIVAS DOS VALORES DA GAP III. SENTENÇA PRIMÁRIA QUE DECLAROU A PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO. IRRESIGNAÇÃO DO AUTOR. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. INOCORRÊNCIA. QUINQUÊNIO PRESCRICIONAL. SUSPENSÃO. REQUERIMENTOS ADMINISTRATIVOS. AUSÊNCIA DE PROVA DE RESPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO. PRESCRIÇÃO QUE ATINGE APENAS AS PRESTAÇÕES VENCIDAS NOS 05 ANOS ANTERIORES À APRESENTAÇÃO DOS REFERIDOS PLEITOS. MÉRITO. CUMPRIMENTO DE JORNADA SEMANAL DE 40 HORAS COMPROVADO. REVISÃO DA REFERÊNCIA DA GRATIFICAÇÃO DEVIDA. RECURSO PROVIDO. I – Tratando-se de prestação de trato sucessivo, impertinente falar, in casu, em prescrição do fundo de direito, sendo aplicável a Súmula nº 85, do STJ. No ponto, cabe, ainda, salientar que o apelante demonstrou que pleiteou junto à Polícia Militar, na data de 04 de novembro de 2004, o pagamento das diferenças ora reclamadas (documentos de fls. 14/41), todavia, até a presente data, não existe comprovação do julgamento definitivo do procedimento deflagrado, ônus que compete ao ente estatal, por se tratar de fato modificativo do direito do autor. Assim, pendente requerimento administrativo, deve ser reconhecida, nos termos do art. 4º e seu parágrafo único, do Decreto nº 20.910/32, a suspensão do prazo prescricional, que só se reinicia após a resposta da Administração, inócurre na espécie. II – A teor do art. 6º c/c os arts. 8º e 13, da Lei Estadual nº 7.145/97, o policial militar que, comprovadamente, cumpre a jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais tem direito à revisão da gratificação para o nível III ou, se assim não ocorrer administrativamente, ao recebimento das diferenças retroativas pela via judicial. III – Assim, deve ser reformada a sentença primária para reconhecer procedência à pretensão autoral, excetuando-se apenas as parcelas atingidas pela prescrição quinquenal. (Classe: Apelação, Número do Processo: 0308439-89.2012.8.05.0001, Relator (a): Marcia Borges Faria, Quinta Câmara Cível, Publicado em: 01/02/2018) Grifei Portanto, rejeitada a preliminar de prescrição de fundo de direito. Do mérito Ultrapassada a prejudicial, adentro na análise do mérito. A Gratificação de Atividade Policial foi instituída pela Lei Estadual n.º 7.146/1997, que reorganizou a estrutura de cargos e remuneratória da Polícia Civil do Estado da Bahia, prevendo, em seu art. 17, o seguinte: Art. 17 – Fica instituída a Gratificação de Atividade Policial, nas referências e valores constantes

no Anexo V, que será concedida aos servidores policiais civis, com o objetivo de compensar os riscos do exercício da atividade policial, levando-se em conta: I- o local e a natureza do exercício funcional; II - o grau de risco inerente às atribuições normais do cargo; III - o conceito e o nível de desempenho do servidor. Note-se que pelo próprio teor do art. 17, da Lei 7.146/1997 a percepção da GAP não decorre de condições anormais em que o serviço é prestado, na medida em que foi instituída com o fim de compensar o risco decorrente da própria atividade laboral do policial civil. Por este motivo, a resposta ao questionamento sobre ser ou não possível o pagamento aos policiais inativos passa necessariamente pela análise sobre a natureza jurídica da GAPJ. O art. 18 da referida Lei, por sua vez, informa que a gratificação é escalonada em 05 referências, ao dispor da seguinte forma: Art. 18 - A gratificação instituída no artigo anterior, escalonada em 5 (cinco) referências, consistirá em valor em espécie, fixado de acordo com o nível em que esteja classificado o cargo de provimento permanente ocupado pelo beneficiário. Posteriormente foi editado o Decreto Estadual n.º 6.861/1997, que regulamentou a Lei 7.146/1997, estabelecendo os critérios para ascensão, conforme a seguir descrito: Art. 1º (...) § 2º. Quando concedida ou alterada para as referências III, IV ou V, além da compensação de riscos referida neste artigo, a Gratificação objetivará, também, a remuneração da jornada normal de 8 (oito) horas, implicando na carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, a que o servidor se obrigará formalmente a cumprir, de acordo com a conveniência da Administração. Esclareço que vem este Tribunal de Justiça entendendo, em decisões reiteradas, que a natureza da GAPJ é genérica, independentemente de sua referência, principalmente porque a Administração passou a adimpli-la de forma indiscriminada, o que deve motivar a sua extensão também aos inativos e pensionistas. É bom salientar que não apenas o art. 17, da Lei 7.146/1997, mas também outros dispositivos da referida norma, ressaltam o caráter genérico da GAP, como se pode notar no parágrafo primeiro do art. 18, in verbis: Art. 18 - (...) § 1º. Os valores de gratificação estabelecidos no Anexo V serão revistos na mesma época e no mesmo percentual de reajuste do vencimento básico dos cargos estruturados na forma desta Lei. Extrai-se da Lei 7.146/1997 que a GAP foi instituída com o fim de compensar o policial civil pelo exercício de suas atividades e pelo risco dela decorrentes. Não se trata, portanto, de uma bonificação transitória ou atribuída levando-se em conta critérios pessoais do servidor. Pelo contrário, é acrescida ao vencimento do profissional de forma indistinta. Cumpre esclarecer que a Gratificação de Atividade Policial foi instituída sob a égide da redação original do art. 40, da Constituição Federal, que assim preceituava: Art. 40. O servidor será aposentado: (omissis) § 4º Os proventos da aposentadoria serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, na forma da lei. (grifei) O art. 42, da Constituição do Estado da Bahia, vigente à época da instituição da GAP, continha previsão idêntica, de que as vantagens e benefícios concedidos aos servidores em atividade deveriam ser estendidos aos inativos, senão vejamos: Art. 42 § 2º - Os proventos da aposentadoria serão revistos sempre na mesma proporção e data em que se modificar a remuneração dos servidores ativos, sendo também estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens concedidos posteriormente aos

servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se tiver dado a aposentadoria, na forma da lei. (grifei). Analisando as normas em comento, é perceptível que a Gratificação por Atividade Policial foi instituída de acordo com o texto original do art. 40, § 4º, da Constituição Federal, e do art. 42, § 2º, da Constituição Estadual, o que impõe a prevalência do regramento contido nas referidas Cartas. Tal entendimento encontra amparo na regra constitucional de paridade estampada na EC 41/2003, para os servidores que ingressaram no serviço público até a sua entrada em vigor, e também no Estatuto dos Policiais Militares do Estado da Bahia (Lei 7.990/2001). A EC 41/2003, em seu art. 7º, traz o seguinte Enunciado: Art. 7º Observado o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal, os proventos de aposentadoria dos servidores públicos titulares de cargo efetivo e as pensões dos seus dependentes pagos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, em fruição na data de publicação desta Emenda, bem como os proventos de aposentadoria dos servidores e as pensões dos dependentes abrangidos pelo art. 3º desta Emenda, serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei. (grifei) Pela regra acima, teriam os inativos e pensionistas direito à paridade nos proventos de aposentaria e pensões, no tocante às vantagens que possuam caráter genérico, ainda que concedidas aos servidores da ativa em momento posterior à inatividade. Sob este aspecto, registre-se recente entendimento deste Tribunal no sentido de que a GAPJ possui caráter eminentemente genérico, conforme pode-se notar no aresto a seguir citado: PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Seção Cível de Direito Público Processo: MANDADO DE SEGURANÇA (CÍVEL) n. 8009917-91.2020.8.05.0000 Órgão Julgador: Seção Cível de Direito Público IMPETRANTE: JORGE CARQUEIRA BATISTA Advogado (s): MANUELA CASTOR DOS SANTOS IMPETRADO: GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA e outros (2) Advogado (s): ACORDÃO MANDADO DE SEGURANÇA. POLICIAL CIVIL. PAGAMENTO DA GAPJ NO NÍVEL V. INAPLICABILIDADE DAS REGRAS DE TRANSIÇÃO DAS ECs N. 41 e 47. DIREITO À PARIDADE. GRATIFICAÇÃO DE CARÁTER GENÉRICO. CONCESSÃO QUE DEVE SEGUIR A PROGRAMAÇÃO ESTABELECIDNA NA LEI N. 12.601/2012. SEGURANÇA CONCEDIDA. 1. In casu, sustentou o impetrante fazer jus à implantação da Gratificação de Atividade Policial Judiciária no nível V, sob a assertiva de que já percebe a vantagem na referência anterior, preenchendo os requisitos para a progressão vindicada. 2. De fato, as regras de transição previstas nas ECs n. 47/2005 e 41/2003 destinam-se unicamente aos servidores públicos civis, incluídos os policiais civis dos Estados. 3. Com efeito, na hipótese vertente, tem-se que a Constituição do Estado da Bahia replica o regramento da Carta Magna anterior à EC 41/03, ou seja, garante aos policiais civis a paridade remuneratória com os servidores em atividade, conforme se extrai do seu art. 42, § 2º. 4. Outrossim, consoante firme jurisprudência desta Corte de Justiça, assim como a GAP referente aos policiais militares, a GAPJ por ser paga indistintamente a todos os policiais civis, uma vez que ostenta caráter genérico, devendo ser estendida aos inativos. Vistos, relatados e discutidos estes autos de n. 8009917-91.2020.8.05.0000, em que figuram como impetrante JORGE CARQUEIRA BATISTA e como impetrados GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA e

SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA. ACORDAM os magistrados integrantes da Seção Cível de Direito Público do Estado da Bahia, à unanimidade, em conceder a segurança vindicada, nos termos do voto do relator. (Classe: Mandado de Segurança, Número do Processo: 8009917-91.2020.8.05.0000, Relator (a): JOSE EDIVALDO ROCHA ROTONDANO, Publicado em: 11/02/2021). Convém esclarecer que a Constituição Federal originalmente previa que os aposentados deveriam ter os seus proventos reajustados na mesma proporção dos servidores em atividade, conforme art. 40, § 8º, a seguir transcrito: Art. 40 – Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo. (omissis) § 8º – Observado o disposto no art. 37, XI, os proventos de aposentadoria e as pensões serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e aos pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei. Considerando-se o caráter geral da vantagem e as normas constitucionais em comento, que garantem a paridade de vencimentos entre policiais civis em atividade e inativos, notadamente a redação do art. 40, § 8º, da CF (anterior à EC 41/2003), deve-se concluir que a GAP é extensível a todos os aposentados e pensionistas. O Supremo Tribunal Federal, inclusive, já manifestou-se em outras oportunidades, proferindo julgamentos materializados nas seguintes Ementas: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SERVIDORES PÚBLICOS. VANTAGENS DE CARÁTER GENÉRICO. EXTENSÃO AOS INATIVOS. NATUREZA. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. 1. O Tribunal a quo, ao interpretar a Lei Delegada Estadual 1/2003, que majorou a benesse, entendeu que o aumento na remuneração, concedido genericamente aos servidores da ativa, estende-se aos inativos (CF/88, art. 40, § 8º). Precedentes. 2. Para se concluir de forma diversa, seria necessário o reexame de fatos e de provas, além de legislação local, o que é defeso na via extraordinária, dado o óbice das Súmulas STF 279 e 280. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (RE 630.435-AgR, Rel. Min. Ellen Gracie, Segunda Turma, DJe 22/3/2011) Agravo regimental no recurso extraordinário. Servidor estadual. Adicional de periculosidade. Extensão aos inativos. Natureza jurídica. Impossibilidade. Precedentes. 1. O Tribunal de origem decidiu que o adicional de periculosidade deveria ser estendido aos inativos, por força do art. 40, § 8º, da Constituição Federal, haja vista o seu caráter genérico. 2. Para chegar a entendimento diverso sobre a natureza da vantagem, seria necessário interpretar a legislação infraconstitucional pertinente e reexaminar o conjunto fático probatório, o que é inviável em recurso extraordinário. Incidência das Súmulas nºs 280 e 279/STF. 3. Agravo regimental não provido. (RE 450.026-AgR, Rel. Min. Dias Toffoli, Primeira Turma, DJe 15/3/2012) A discussão existente nos autos, todavia, decorre do fato de que a referência IV da GAP somente fora efetivamente regulamentada com a Lei n.º 12.601/2012, que em seu art. 8º contém o seguinte teor: Art. 2º – Para os processos revisionais previstos nesta Lei, além do efetivo exercício da função, nos termos do § 2º do art. 66 da Lei nº 11.370, de 04 de fevereiro de 2009, serão considerados os seguintes requisitos: I – permanência mínima de 12

(doze) meses na referência atual; II – cumprimento de carga horária de 40 (quarenta) horas semanais; III – observância dos deveres policiais civis, nos termos do art. 89 da Lei nº 11.370, de 04 de fevereiro de 2009. Ocorre que a regulamentação trazida pela Lei 12.601/2012 excluiu os Policiais Civis que já se encontravam na inatividade, contemplando tão apenas os servidores da ativa. Entre a entrada em vigor da Lei 7.146/1997 e a regulamentação trazida pela Lei 12.601/2012, passaram-se aproximadamente 15 anos, período pelo qual havia texto legal escalonando a GAP em cinco referências. Todavia, em razão da ausência de norma regulamentadora, os Policiais que aposentaram-se durante esse lapso temporal somente conseguiram alcançar até a referência III. A Lei 12.601/2012 inovou no ordenamento jurídico, pois, ao revés de apenas regulamentar a Lei 7.146/1997, alterou a forma de incidência da GAP, sem observar o fato de que à época em que foi instituída a Gratificação encontrava-se vigente a regra de paridade constitucional de vencimentos de servidores em atividade e proventos de inativos. Repito que a regra constante no art. 40, § 8º, da CF, vigente à época da edição da Lei 7.146/1997, concedia aos servidores inativos a extensão de quaisquer benefícios ou vantagens concedidas posteriormente aos servidores em atividade. Resumindo, a Lei 7.146/1997 instituiu a GAP, sem apresentar, porém, qualquer restrição à sua concessão aos policiais inativos, em quaisquer de suas referências. As regras constitucionais vigentes à época da entrada em vigor dos referidos diplomas legais asseguravam o direito a paridade de vencimentos e proventos, conforme art. 40, § 8º, da Carta Magna. Considerando estas informações, não se pode admitir que uma norma regulamentadora editada em 2012 venha a impedir a extensão da referência IV da GAPJ aos policiais civis inativos, sob pena de se permitir uma ofensa aos ditames das Leis 7.146/1997, ao art. 40, § 8º, da CF, vigente à época, e art. 42, § 2º, da Constituição do Estado da Bahia. Destaco ainda, com relação ao argumento de ofensa ao princípio da separação dos poderes, que está o Poder Judiciário atuando na sua competência de corrigir quaisquer ilegalidades praticadas pela Administração Pública. Por outro lado, não se está criando gratificação, em substituição ao Poder Legislativo, mas apenas determinando-se a correta implementação das normas vigentes, propiciando aos aposentados e pensionistas um direito já assegurado pela Constituição Federal, pela Constituição Estadual e Estatuto da Polícia Militar do Estado da Bahia. Portanto, deve ser mantida a condenação ao Estado da Bahia em incorporar a GAP III, IV e V ao soldo da parte demandante, na forma da LE 12.566/2012, respeitado a prescrição quinquenal. No tocante ao pagamento do valor indenizatório, merece ser modificada de ofício a sentença. Isto porque, a EC nº 113/2021, publicada em 9/12/2021, alterou a Constituição Federal e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para estabelecer o novo regime de pagamentos de precatórios, modificando normas relativas ao Novo Regime Fiscal e autorizando o parcelamento de débitos previdenciários dos Municípios. Dispõe o artigo 3º da EC nº 113/2021 que: Artigo 3º – Nas discussões e nas condenações que envolvam a Fazenda Pública, independentemente de sua natureza e para fins de atualização monetária, de remuneração do capital e de compensação da mora, inclusive do precatório, haverá a incidência, uma única vez, até o efetivo pagamento, do índice da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), acumulado mensalmente. Assim, a EC nº 113/2021 determinou que a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) é o índice a ser utilizado para cálculo dos juros de mora e correção monetária nas discussões e nas condenações, inclusive nos

precatórios, que envolvam a Fazenda Pública. Desse modo, modifico de ofício a sentença vergastada para determinar que o juros e correção monetária do valor indenizatório sejam corrigidos pela Taxa Selic. Por derradeiro, no que se refere aos honorários sucumbenciais, conforme o disposto no artigo 85, § 4º, I, do CPC, quando for vencida a Fazenda Pública, as verbas advocatícias, em caso de sentença ilíquida, deverão ser arbitradas somente na fase de liquidação, momento em que poderá se aferir a faixa do percentual aplicável ao ente público, que venha a remunerar, com justiça, o advogado da parte Promovente. Vejamos, in verbis: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. § 3º Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2º e os seguintes percentuais: I – mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários mínimos; II – mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III – mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV – mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários mínimos; V – mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. § 4º Em qualquer das hipóteses do § 3º: II – não sendo líquida a sentença, a definição do percentual, nos termos previstos nos incisos I a V, somente ocorrerá quando liquidado o julgado. À vista disso, determino de ofício que, tratando-se de sentença ilíquida, a definição do percentual dos honorários sucumbenciais somente ocorrerá quando liquidado o julgado, nos termos previstos no § 4º, inciso II do Art. 85 do CPC. Por fim, objetivando possibilitar o acesso das partes às Instâncias Superiores, considero prequestionadas as matérias constitucionais e/ou legais suscitadas nos autos, conquanto não referidos expressamente os respectivos artigos na fundamentação do voto, nos termos do art. 1.025 do Código de Processo Civil. Conclusão Ante o exposto e por tudo o mais que dos autos consta, voto no sentido de CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO APELO. Altero, de ofício, o índice relativo aos juros e correção monetária do valor indenizatório para a taxa Selic. Determino, também de ofício, que a definição do percentual dos honorários de sucumbência somente ocorrerá quando liquidado o julgado, nos termos previstos no artigo 85, § 4º, I, do CPC, mantendo-se os demais termos da sentença. Des. RAIMUNDO SÉRGIO SALES CAFEZEIRO Relator